



## Trajetórias cafetinadas: Poder, violência e as (in) visibilidades no tráfico de mulheres trans e travestis

*Pimped Trajectories: Power, Violence and (In)Visibilities in the Trafficking of Trans and Transvestite Women*

*Trayectorias cafetinizadas: Poder, violencia y las (in)visibilidades en el tráfico de mujeres trans y travestis*

■ Murilo Peixoto da Mota<sup>1</sup>

e-mail: muriloufrj@gmail.com

**Palavras-chave:** tráfico de pessoas, exploração sexual, mercado sexual, mulher trans

**Keywords:** human trafficking, sexual exploitation, sex market, transvestites

**Palabras-clave:** trata de personas, explotación sexual, mercado del sexo, mujer trans

### Resumo

O artigo apresenta a trajetória de uma mulher trans que construiu sua carreira como prostituta e cafetina. Trata-se de um dos textos resultantes de uma pesquisa que teve por objetivo analisar, a partir de entrevistas, as trajetórias de vida de travestis e mulheres trans a partir de histórias de enfrentamento da violência, da transfobia, do tráfico de pessoas e da exploração sexual. Este texto se concentra nos relatos sobre o momento da vida em que a entrevistada investe recursos para levar prostitutas travestis e mulheres trans jovens para a Europa. As discussões se baseiam nos referenciais teóricos e conceituais de Pierre Bourdieu e a partir de trabalhos sociológicos e antropológicos sobre o tema. Conclui-se que o caso aqui analisado explicita a vivência cotidiana de relações sociais permeadas por opressões, injúrias e violências, aspectos corriqueiros vividos por travestis e mulheres trans no Brasil.

### Abstract

The article presents the trajectory of one of a trans woman who built her career as a prostitute and pimp. It is one of the texts resulting from a research project that aimed to analyze, through interviews, the life trajectories of transvestites and trans women based on stories of confronting violence, transphobia, human trafficking and sexual exploitation. This text focuses on accounts of the moment in her life when the interviewee invested resources in taking transvestite prostitutes and young trans women to Europe. The discussions are based on the theoretical and conceptual references of Pierre Bourdieu and on sociological and anthropological works on the subject. The conclusion is that the case analyzed here makes explicit the daily experience of social relations permeated by oppression, insults and violence, commonplace aspects experienced by transvestites and trans women in Brazil.

<sup>1</sup> Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Direitos Humanos (NEPP-DH) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sociólogo e colaborador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da UFRJ. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRJ. E-mail: muriloufrj@gmail.com

## Introdução

Este artigo resulta de um amplo trabalho de pesquisa<sup>1</sup> (Mota, 2022, 2022b, 2023) que teve por objetivo analisar as trajetórias de vida de travestis e mulheres trans a partir de histórias de enfrentamento da violência, da transfobia, do tráfico de pessoas e da exploração sexual. As histórias foram coletadas por meio de entrevistas, realizadas a partir de um roteiro semiestruturado (Minayo, 1994) e transcritas na íntegra. A pesquisa se concentrou no tema do tráfico de pessoas na sociedade brasileira, crime que nos últimos anos tem atingido sobremaneira as travestis e mulheres trans e que expõe o caráter da violência física e simbólica sofrida por essas pessoas.

Os resultados gerais obtidos até o momento corroboram com o que aponta a literatura (Meirinho, 2021; Piscitelli, 2007, 2012, 2013, 2015; Smith, 2014) sobre o tema, a saber, que o tráfico de pessoas, no grupo analisado, envolve discussões polarizadas que se articulam entre a vitimização e a criminalização de quem migra voluntariamente no contexto do mercado do sexo. Nesse sentido, há que se considerar os aspectos multiculturais que moralizam, estigmatizam e buscam deslegitimar certas formas de trabalho, como a prostituição.

Neste artigo, apresento fragmentos da trajetória de uma das entrevistadas da pesquisa, que construiu sua carreira como prostituta e cafetina. Soraya<sup>2</sup> é uma mulher trans, de 43 anos, autodeclarada negra, com ensino médio completo, que atualmente trabalha e reside na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Sua narrativa explicita a vivência cotidiana de relações sociais permeadas por opressões, injúrias e violências, aspectos corriqueiros vividos por tantas travestis e mulheres trans no Brasil. Neste texto, a análise se concentra nos relatos sobre o momento de sua vida em que ela investiu recursos para levar prostitutas travestis e mulheres trans jovens para a Europa.

Soraya não esconde o fato de ter se articulado em rede para promover os sonhos de muitas “meninas”, modo como se refere à sua clientela de travestis, que idealizavam uma vida europeia. Ela valeu-se dos desejos dessas “meninas”, mas também de suas vulnerabilidades sociais. Entendendo, e sendo levadas a entender, que não têm nada a perder, elas se arriscaram na empreitada de prostituir-se em terras italianas. Aceitaram a proposta e pagaram para migrar e trabalhar nas ruas de Milão, Roma e outras cidades. Em troca, receberam a promessa de benefícios, como moradia e local para o trabalho na prostituição, concedendo a Soraya autoridade para o controle de suas atividades.

O que se explicita nos acontecimentos citados por Soraya são aspectos caracterizados como tráfico de pessoas, tal como definido pelo Protocolo de Palermo, documento adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Esse, que é o principal instrumento global de combate ao crime organizado, ressalta que o consentimento da vítima é irrelevante na caracterização do crime – no caso do tráfico de pessoas, o crime envolve o deslocamento para fins de exploração ou o usufruto das ações do migrante (Dornelas, 2011).

Soraya compartilha muitas lembranças de sua infância e destaca, em sua narrativa, a opressão e o bullying sofridos. Suas memórias trazem as marcas da violência

## Artigo Article

física e simbólica que se perpetuam até a vida adulta. Em determinado momento de sua trajetória, ela passa a agenciar travestis e mulheres trans para se prostituírem no exterior. Com isso, passa de “acolhedora”, “amiga”, “tia”, “madrinha” e “mãe” de suas “meninas” a exploradora cafetina.

Ela conta que quando criança sofreu em casa e na escola por não ser aceita como um “menino-feminino”. Teve uma adolescência difícil, com muitos enfrentamentos. Afirma ter sido explorada até se autoafirmar em sua identidade de gênero e assumir a atividade de prostituição como um trabalho. Após um longo período se prostituindo, foi agenciada para a Itália. Depois de anos de experiência no país, passou a levar meninas trans e travestis para aquele país. Valendo-se do seu capital social, construído ao longo de uma década nas ruas de Milão como prostituta, tornou-se agenciadora: “A vida me falou: ‘Ou você apanha ou você bate’. Então, prefiro bater”.

O relato de Soraya permite analisar como o tráfico de pessoas aciona questões que, no caso em discussão, têm por base a transfobia, o machismo, a misoginia e o preconceito contra a diversidade sexual, ou seja, diversas opressões que se interseccionam com gênero, classe social, raça, escolaridade, entre outros marcadores. O poder de persuasão que Soraya exercia sobre suas agenciadas, as “meninas”, também salta aos olhos como referencial de análise. Trata-se de um poder que não se exerce pela força física, mas por convencimento e submissão, articulados ao que Pierre Bourdieu (2003) chamou de poder simbólico, que age de maneira sutil e cotidiana, moldando-se sistematicamente pelos desejos, escolhas e ações dos atores envolvidos.

As travestis e mulheres trans enfrentam transfobia, graves violações de direitos e violências ao longo da vida. Todavia, essa é a ponta de um problema que exige uma análise interseccional, pois o fenômeno exploratório tem raízes nas desigualdades de direitos, em que gênero, raça/etnia, classe, escolaridade e acesso a emprego e renda devem ser percebidos (UNODC, 2022). Ademais, a aspiração à ascensão social e o desejo por respeito e reconhecimento por suas identidades em outros países são aspectos que também as deixam vulneráveis. São os sonhos relacionados ao projeto de vida que as levam a buscar mobilidade social e subsistência como migrantes (Mota, 2023).

De todo modo, as travestis e mulheres trans no Brasil enfrentam muitas lutas para a afirmação identitária e na busca por ser o que desejam com seus corpos em uma sociedade cis-heteronormativa<sup>3</sup>. Tal contexto social sugestiona as construções de seus habitus (Bourdieu, 2006), com implicações nas relações sociais que influenciam suas subjetividades, lutas, estilos de vida e agências. Cabe salientar que, segundo Bourdieu (2006), o habitus elucida as disposições adquiridas pela vida, exprimem o gosto pessoal, identidades e valores que geram as práticas dos sujeitos. Ele é um “princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, [um] sistema de classificação (principium divisionis) de tais práticas” (Bourdieu, 2006, p. 162).

Apesar do papel ambíguo exercido por cafetinas já ter sido salientado pela literatura (Duarte, 2017; Patrício, 2018; Amaral Luís, 2018; Meirinho, 2021), o relato de Soraya surpreende pela combinação de sutileza, poder e violência com que ela exerceu seu domínio. Sua narrativa inaugura uma via de análise que permite aproximação e compreensão da

complexidade dessa realidade. Temos, assim, a partir do trabalho de campo realizado com aportes teóricos da pesquisa social (Minayo, 1994), caminhos a trilhar que podem alcançar com mais precisão políticas públicas que contemplem travestis e mulheres trans na luta contra a exploração, mais precisamente aquela exercida por cafetinas.

A partir dos referenciais de Bourdieu, este artigo busca, então, elucidar também aspectos do habitus, as relações de poder e o contexto de violência física e simbólica em que Soraya se estabeleceu economicamente como agenciadora para o tráfico de pessoas.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, reflete-se sobre o papel da cafetina no tráfico de pessoas. Em seguida, analisa-se a trajetória da vida de Soraya a partir de sua própria narrativa, concentrando-se na virada biográfica de quando se tornou agenciadora das “meninas”. Finalmente, são feitas algumas considerações finais.

### **A cafetina no tráfico de pessoas**

O tráfico de pessoas envolvendo travestis e mulheres trans parece seguir a mesma lógica da maioria dos casos de tráfico de pessoas relatados pela literatura (Meirinho, 2021; Dornelas, 2011). Ou seja, de modo geral não ocorre a partir de mecanismos como sequestro seguido de aprisionamento e isolamento com uma vítima acorrentada. Segundo Dornelas (2011), o crime geralmente ocorre por meio da violência simbólica e no âmbito da rentável indústria do sexo, do turismo e da migração voluntária, estando relacionado a questões de discriminação estrutural na sociedade contemporânea, como xenofobia, machismo, misoginia, transfobia e outros relacionados às vulnerabilidades sociais dos sujeitos.

O tema da migração é central para este debate. Além de abrir a discussão sobre as obrigações dos Estados nacionais para com os indivíduos que migram voluntariamente, dá visibilidade às injustiças contra aqueles considerados moralmente indesejáveis, como prostitutas, negros e desempregados – ou seja, geralmente os estigmatizados, tomados como minorias étnico-raciais (Melo, 2016). Nesse contexto, o debate sobre o tráfico de pessoas explicita as contradições que permeiam a globalização, o sistema neoliberal e a decadência do sistema capitalista, cujos aspectos vêm sendo amplamente debatidos por aprofundarem as mazelas ao tornarem o sujeito mercadoria.

No caso específico das travestis e mulheres trans, a literatura (Amaral Luís, 2018; Duarte, 2017; Kulick, 1980) aponta os aspectos multifacetados que as levam a se mudar para as grandes cidades como migrantes voluntárias. Isso faz com que busquem espontaneamente apoio financeiro para transitar tanto pelo país como para o exterior em busca de oportunidades rentáveis para o exercício da prostituição e para realizarem o ideal de transformarem seus corpos e se aproximarem do sonho de serem belas e atraentes mulheres.

A busca por alternativas financeiras, por respeito e pela autoafirmação de suas identidades de gênero também é motor para que procurem novos mercados para a prostituição. Portanto, ir para Europa se articula com muitos sonhos, como obter o status de europeia, o glamour do sucesso e a viabilidade de construção do próprio modelo de

## Artigo Article

feminilidade, que inclui aprendizagens de modos de vestir, andar e falar, bem como de gostos e gestos (Kilick, 2008). Segundo Smith (2014, p. 95),

[l]onge de seus vínculos sociais nas cidades de origem o sonho europeu se articula por muitas vulnerabilidades sociais no Brasil. Supondo que as trans sofrem com o preconceito existente dentro do ambiente familiar em face da sua identidade de gênero, entende-se que a inserção no tráfico para exploração sexual se apresenta como uma alternativa em busca da afirmação de uma identidade rejeitada. E, por consequência, é possível pensar que as redes de traficantes de pessoas são impulsionadas por esta situação.

Asaída de seus locais de origem rumo às grandes cidades ou a outros países, mesmo como migrantes voluntárias, muitas vezes leva travestis e mulheres trans a recorrerem a empréstimos junto a cafetinas, aspecto já analisado por diversos autores (Kulick, 1980; Duarte, 2017; Amaral Luís, 2018; Piscitelli, 2019). É nesse contexto que passam a viver sob o controle absoluto de quem as financiou.

Os meandros que se evidenciam como efeito exploratório daí provenientes têm muitas facetas. Qualquer trabalhadora, prostituta ou não, se submetida à experiência de trabalho associada a condições de moradia indigna, jornada exaustiva e forçada e retenção de documento, não está somente sendo explorada, mas escravizada; está sendo submetida à condição análoga à de trabalho escravo, crime previsto no artigo 149 do Código Penal (Borges, 2013).

A prostituição para as travestis e mulheres trans é exercida como uma escolha, ou seja, não é uma atividade forçada, mas um trabalho como outro qualquer, considerando-se que muitos trabalhos também têm seus riscos. Todavia, insere-se em contextos de acentuada vulnerabilidade social (Vasconcelos e Bolzon, 1993). No Brasil, prostitutas são estigmatizadas, socialmente representadas como marginais. Isso expõe relações desiguais no campo da cidadania e tem, portanto, inspirado diversas lutas de prostitutas. Entre elas, destacam-se a Daspu, grife fundada em 2005 pela ONG Davida, entre muitas outras, e cujas coleções são criadas e apresentadas por prostitutas, e o movimento trans Associação de Travestis e Libertados (Astral), organização com ampla mobilização política fundada em 1992 e voltada à luta pelos direitos de travestis e pessoas trans.

Como mostra Don Kulik (2008), a prostituição para as travestis não é apenas um trabalho rentável, mas uma atividade em que socializam, estabelecem vínculos afetivos com outras do ramo e promovem a transformação dos seus corpos. Em sua pesquisa etnográfica junto a travestis de Salvador, na Bahia, o autor constatou que as mais jovens são gerenciadas por travestis mais maduras, que já viveram o ambiente social da prostituição, enfrentaram os riscos da “pista” e os efeitos colaterais dos hormônios. São, portanto, as maduras que organizam a produtividade de outras no decorrer de suas transformações corporais e no trabalho de prostituição de rua. De fato, na vida de uma travesti ou mulher trans possivelmente se fez presente uma madrinha cafetina.

Tomando a atividade de prostituição como tema central de análise, cabe perceber que ela não implica necessariamente exploração ou regime de trabalho forçado, mas facilita a vulnerabilização diante das redes de aliciadores, especialmente em contextos em que a prostituição está criminalizada. Para Marcia Vasconcelos e Andréa Bolzon (1993, p. 85), “o elemento definidor da situação de trabalho forçado é a natureza da relação do trabalhador com o ‘empregador’, o que permite superar a visão estigmatizada de algumas ocupações”. Será fundamental analisar essa relação a partir do contexto em que as prostitutas se tornam cafetinas e se mantêm como exploradoras na vida de outras, como é o caso de Soraya.

A rede de tráfico de pessoas tem certa estruturação: mesmo que a cafetina credora esteja no Brasil, a eficácia do acordo com as agenciadas se dá pela ligação ao grupo que vai receber a migrante no lugar de destino. Quem viaja sob a égide da cafetina passa a ser monitorada. Nessa situação, reter o passaporte e outros documentos, bem como restringir o acesso ao celular e a comunicação com pessoas da cidade de origem, são atitudes padrão. Qualquer rebeldia acarreta grandes problemas para a migrante, pois a cafetina credora tem reputação e conhecimento suficientes para estabelecer sanções e penalidades, que incluem restrição à alimentação e ao ponto de prostituição mais lucrativo, violência física e simbólica e ameaças à família na cidade de origem. Aliás, essa ameaça é ressaltada como o primeiro fomentador de medo para que as vítimas não tentem fugir, se rebelar ou deixar de pagar o que devem (Amaral Luís, 2018).

O debate sobre o tráfico de pessoas travestis e mulheres trans evidencia vulnerabilidades que vão além daquelas de natureza econômica, estando associadas à falta de políticas públicas, a obstáculos no acesso ao mercado de trabalho, ao rompimento do vínculo familiar na adolescência e a preconceitos e bullying contra seus corpos desde a vivência na escola, que resulta em não reconhecimento e na falta de respeito em relação à sua identidade de gênero, em permanente construção.

É nesse contexto que aparece a cafetina, uma travesti ou mulher trans que também passou por todo esse processo de marginalização. É ela quem vai acolher essas pessoas ainda muito jovens, oferecendo-lhes casa, ganhos em dinheiro, sociabilidade, possibilidades de transição corporal e inserção na prostituição. A cafetina é ao mesmo tempo amiga, mãe, madrinha e exploradora. Nesse sentido, o relato de Soraya explicita o *modus operandi* da atuação criminosa das cafetinas, apresentando em primeira pessoa o relato de quem viveu essa experiência, tendo passado de oprimida a opressora. Sua história de vida como prostituta e explorada é mobilizada por ela para legitimar o seu poder de dominação sobre suas vítimas.

Para Bourdieu (2003), o poder exige a cumplicidade do outro e, para ser exercido, precisa do reconhecimento do dominado. Essa perspectiva destaca, portanto, a agência deste no processo de dominação. O autor observou que a dominação é um efeito simbólico pouco perceptível por meio do qual o poder se impõe e se perpetua, inclusive se fazendo valer pela violência, seja ela física ou simbólica. O que se exprime como simbólico na violência é o fato de ela se impor sobre suas vítimas de modo invisível, suave, desapercibida, diluindo-se pelas vias e pelos efeitos da comunicação.

## Artigo Article

Examinar o poder, a dominação e os efeitos simbólicos que aqui caracterizo como as (in)visibilidades da violência física e simbólica exercida por Soraya pode contribuir para a compreensão dos mecanismos de acolhimento de vítimas do tráfico de pessoas antes de caírem nas redes de aliciadores. Trata-se de buscar novos entendimentos sobre as perversas imbricações que culminam no sucesso da subjugação e no estabelecimento de toda essa rede, cujos crimes rendem vultosos lucros.

A discussão aqui proposta aciona muitas outras, principalmente a exigência de políticas públicas que promovam respeito e tolerância com as diferenças no campo das identidades de gênero. É urgente ampliar as reflexões e ações que contribuam efetivamente para “evitar que as vítimas se tornem, de fato, vítimas do delito, com investimentos em políticas de distribuição de renda, educação e proteção, em especial dos grupos mais vulneráveis entre os vulneráveis” (Barbosa e Borges, 2022, p. 539).

**A trajetória de Soraya**

Soraya relata que teve uma infância conturbada por ter sido um “menino feminino”. Em casa, sofria rejeição por expressar sua feminilidade. Lembra-se que apanhava muito da mãe, do pai e dos primos como um modo de correção aos trejeitos que não se adequavam ao que diziam ser condizente ao estereótipo do comportamento de um homem. Conta que sua mãe a espancava com pau, fita, borracha, o que tivesse na mão, dizendo-lhe que nasceu homem e, portanto, deveria se comportar como tal.

Sua adolescência foi marcada pela opressão. Ainda que se portasse com discrição no modo de ser socialmente, mantinha-se rebelde no ideal de aceitar para si seu desejo de ser mulher:

— Fiquei em casa até os meus 16 anos, fechada, mas teve uma época que eu me revelei. Aí minha mãe me botou pra fora de casa. Meu pai dizia que eu era doente, que queria me internar, e aí não tive mais contato com o meu pai. Minha mãe me botou pra fora de casa. Foi quando começou outra vida, pois vim para a praça. Tinha uma pracinha e uma boate perto no bairro. Na época, tinha umas meninas que faziam ponto. Eu sentei ali no banquinho e fiquei lá. Uma conhecida minha parou e perguntou o que estava acontecendo. [Eu] estava chorando e cheia de bolsa de roupa. Falei: “Ah, minha mãe me botou pra fora de casa”. Ela falou: “E pra onde você vai?”. [Respondi:] “Não tenho para onde eu ir”. Aí ela chamou uma dona de prostíbulo que me acolheu.

Soraya explicita o quanto sofreu por ser considerada transgressora do gênero masculino – nasceu menino, mas identificava-se como menina. Sofreu penalidades da própria família e da comunidade ao seu redor. Ao ser expulsa de casa, encontrou seus pares travestis envolvidas com a prostituição nas imediações onde morava. Assim, desde

a menor idade passou a circular em territórios com outras travestis, com quem aprendeu a construir seu habitus, sua identidade e a ter experiência com a prostituição. Lembra que foi acolhida pela “dona do prostíbulo”, a cafetina, que lhe orientou condutas, práticas, estilos de vida e conhecimentos direcionados para a transição corporal – aspectos que constituíram seu capital social:

— No começo, com 16 anos, foi difícil, né? Era muito novinha, nunca tinha me vestido de mulher. Tive que me vestir de mulher pra poder começar a me prostituir e eu nunca tinha saído com homem por dinheiro, principalmente homens que a gente não conhece – velhos, novos, tudo, essas coisas assim. Então, quando a gente é novinha, a gente sai com um rapaz porque a gente quer sair, a gente quer “ferver”. Mas por trabalho a gente tem que ser profissional, a gente tem que pegar o que vem – homem bonito, feio, gordo, baixinho, cheiroso, fedorento. Eu fui aprendendo. Foi com outras travestis que aprendi a fazer programa. Tudo foi difícil. Eu não tinha estudo, tinha parado na quinta série os meus estudos, não tinha profissão. Naquele momento eu não tinha o que fazer. O que eu ia fazer naquele momento? Ou eu roubava ou me prostituía. Então, graças a Deus, eu me prostituí.

A nostalgia dos tempos de “novinha” ressalta as lembranças de quando se prostituía de modo clandestino, longe dos olhares de vizinhos e parentes. Como colocado por ela, foi o que a possibilitou manter o sustento e viabilizar sua sobrevivência. A expulsão de casa a colocou diante de novas aprendizagens, resistências e enfrentamentos. As consequências foram a evasão escolar e toda uma conjuntura que possibilitou a construção de capital social com outras travestis e mulheres trans também prostitutas. Soraya considera que sua vida não era ruim: tinha liberdade de fazer o que queria, ia para a rua e “fazia o dinheiro”, se prostituía. Naquela época, por volta dos anos 1980, fazia “pista”, mas não havia a obrigação de “pagar a rua”, ou seja, pagar as taxas cobradas por cafetinas para o uso de trechos da via pública para a atividade de prostituição.

A prostituição, para Soraya, apresentou-se como uma necessidade real, ressaltada por ela como a única saída para o sustento longe do seio familiar. Como afirma, “ou roubava ou se prostituía”, e, “graças a Deus”, se prostituiu. O que se destaca é o quanto a atividade de prostituição foi o caminho para viver seus ideais com dignidade, ser aceita por pares, acolhida por outras, ter sociabilidade, liberdade e aprendizagens para o desenvolvimento dos cuidados estéticos típicos do que entende ser uma mulher atraente. Tais aspectos da vida de travestis que se prostituem já foram alvo de pesquisa e revelam um contexto social comum (Kulick, 2008; Agnoletti, 2010; Smith, 2014; Patrício, 2018).

O fato de morar em um pequeno apartamento com outras travestis, onde também abrigavam seus maridos, demonstra certa leniência com a condição digna do seu local de descanso. Todavia, Soraya se lembra de ter boas lembranças daquele momento em que era “novinha”:

## Artigo Article

— A gente não tinha nada, mas a gente ao mesmo tempo era livre, pois não devia satisfação a ninguém. A gente ia pra rua e ganhava nosso dinheiro; tanto é que esse terreno aqui onde moro, eu comprei. Na época, tinha uma prima minha que era travesti, só que ela era usuária de drogas. Mas eu não bebia, não fumava e não me drogava, foi assim que fiz o dinheiro do terreno. Na pista nunca fui explorada. As meninas desciam para a rua de boa, mas tinha sempre uma madrinha, né. Mas aos 18 anos eu viajei pra Europa e eu fui financiada. Eu paguei 12 mil dólares na época. Mas eu não fui explorada, traficada. Fui porque eu quis.

Ela ressalta que ter ido para a Itália na juventude mudou sua vida. O convite feito por uma cafetina, é claro, teve seu preço. Soraya sabia que os custos daquela migração voluntária eram elevados, mas decidiu arriscar-se e pagar os valores da viagem. Lembra-se do investimento, cerca de 12 mil dólares, que, em suas palavras, incluía “casa e ponto pra trabalhar”. O destino foi Roma. O percurso para a entrada no exterior foi estrategicamente delimitado para que driblasse a fiscalização de fronteira:

— Nós fizemos Rio-Zurique-Uganda. Em Uganda, nós atravessamos o deserto até a fronteira a pé, porque tinha todo um processo. A gente não podia descer diretamente em Roma porque senão dali mesmo eles deportavam a gente de volta.

Destaca que morou clandestinamente na Itália por dois anos e, após esse período, deu entrada no permesso di soggiorno<sup>4</sup>. Teve uma experiência de 12 anos morando em Roma e também em Milão. Para Soraya, as lembranças daquele tempo são marcadas por vivência, resistência, perdas, ganhos e muitas violências sofridas:

— Se eu não tivesse viajado para Europa, estaria morta. Viver a prostituição no Brasil é enfrentar muitas violências. Há 30 anos levei tiro. A gente corria, tinha três policiais que barbarizavam ali na praça. Então, se eu não tivesse sido agenciada por alguém para a Europa, estaria morta hoje. Mas tá vendo essa minha casinha humilde? Quantas trans não falam “tenho vontade de ter uma casa assim”? Comprei com a prostituição. A Europa sempre foi uma “mãe”, porque você não precisa ser bonita pra ganhar dinheiro. Você pode ser o demônio, [mas] você ganha seu dinheirinho com a prostituição, entendeu?

Nesse trecho, Soraya evidencia outro aspecto que elucida o interesse de muitas travestis e mulheres trans em saírem do país: o risco de serem assassinadas, que se articula com muitos outros processos excludentes na sociedade brasileira, como a transfobia e o

estigma que envolve a prostituição.

Um ponto de virada na vida de Soraya foi quando ela descobriu ser rentável levar “meninas” para a Itália, ou seja, passar de prostituta a cafetina, agenciando e acomodando travestis e mulheres trans na prostituição das ruas de Roma e Milão. Todavia, isto também teve seu preço:

— Ah, meu Deus! Passei por muita violência. Tenho um corte no nariz, um dente arrancado com salto espiral, esse salto agulha, salto ponta de bala. Já fui roubada, já fui explorada. E foi aí que acabei me tornando também uma das “cabeças” em Roma. Tanto é que eu sou conhecidíssima, graças a Deus, mas por quê? Porque a vida, naquele momento, me obrigou. A vida me falou “ou você apanha ou você bate”, então prefiro bater. Mas eu já passei [por] muita coisa. Quando eu peguei meu documento, parei de trabalhar como prostituta e comecei a fazer a mesma coisa que fizeram comigo, passei a levar as meninas pra Europa, agenciava as meninas.

O sucesso dessa empreitada para a Itália a fez ser reconhecida no meio das prostitutas travestis de sua cidade de origem, o que passou a despertar o interesse de outras. A partir daí, estabeleceu toda uma rede de contatos e organizou um sistema de controle com o objetivo de lucrar com outras travestis com sonhos de uma vida europeia. Tal organização envolvia uma prima sua, que ajudava no planejamento para o envio de novas travestis.

A fim de ampliar os negócios, Soraya começou a incentivar conhecidas da “pista” que já vislumbravam migrar e sair do Brasil. As “meninas” aceitavam fazer a dívida; todavia, quem não pagava “levava umas tapinhas”:

— [Eu] dava todo o suporte: casa, ponto pra trabalhar. Caso não estava boa nesse ponto aqui, mamãe levava pra outro. Tanto é que elas me chamam de mamita. Eu sempre fui uma madrinha para elas. Levava pra um ponto bom pra poder trabalhar. Quando não dava rua mesmo pra trabalhar, que eu via que a menina não tinha chance, a gente conversava como é que ia ficar. Eu sempre perguntava: “Você quer voltar pro Brasil ou você quer ficar aqui e quando você tiver o dinheirinho você vai me dando?”. Então, assim, de boa, eu sempre fui muito amiga das minhas meninas. Mas já tive história de meninas que ficavam se drogando na rua e chegavam em casa sem dinheiro. Aí, meu amor, ou você me paga ou vai levar umas tapinhas sim, não vou mentir não. Levava umas tapinhas. Entendeu?

Soraya estabelecia com suas “meninas” uma relação ao mesmo tempo maternal e de chefe-patroa – além disso, por que não dizer, desempenhava o papel de capataz

## Artigo Article

eficiente na exigência do cumprimento do acordo: o pagamento da dívida, nem que, para isso, tivesse que se valer da violência física. Era um jeito eficaz de manter sua liderança e dominação. Ao afirmar que sempre foi uma amiga, posiciona-se como quem emprega e fornece alimentação e “pista” para o trabalho. Contudo, se a “menina” não cumprisse o combinado, ou seja, não pagasse o que devia, havia retaliação:

— Obviamente, a gente faz um terror psicologozinho, né? Mas digo para elas: “Se você não me pagar, a gente vai ter problemas”. Olhava no olho e dizia: “Sou muito boazinha, mas não crie um problema comigo, não vai ser uma boa para você”. Mas é assim, se não me paga deixo claro, a gente vai ter problemas.

O efeito da violência física e simbólica exercida por Soraya fazia parte de sua estratégia de manter o retorno do investimento que fez. Quando indagada se ficava com o passaporte das “meninas”, respondeu que não, pois o esquema já estabelecia outras formas de controle, que incluíam atenção ao celular delas e a limitação das idas para a “pista”. Esse controle mostra que as relações de Soraya com suas “afilhadas” nem sempre eram um mar de rosas: eram atravessadas por pressão, injúrias, humilhações e violências para que não houvesse prejuízo em relação aos recursos empregados. Todavia, agenciar as “meninas” ou, como ela diz, acolhê-las na Europa, era mais vantajoso do que se prostituir:

— Eu, em Roma e Milão, acolhi mais, trouxe mais meninas do que fui prostituta, porque, aliás, eu nunca gostei de me prostituir, né? Tanto é que até hoje eu tenho a oportunidade de voltar pra Europa, mas eu não quero mais, porque se eu voltar eu vou ter que voltar primeiro a me prostituir pra depois eu começar a fazer os meus trabalhos que eu fazia de agenciar. Então eu não quero mais me prostituir.

O fim de sua permanência na Europa se deu por denúncias das suas atividades de cafetina:

— Tive um probleminha na Europa sim. Mas não é que eu não queria mais ficar, mas fui obrigada a vir embora porque eu fui denunciada. Porque a prostituição em si não é crime, mas o recrutamento pra prostituição é crime. Então, uma das meninas acabou me denunciando, aí pra não ser presa eu tive que vir embora.

Soraya sabia que trabalhar como prostituta não era considerado crime na Itália<sup>5</sup>, mas agenciar pessoas para tal atividade, sim. Ela tinha consciência das escolhas que fazia diante dos obstáculos encontrados para outras formas de participação no mercado de trabalho. Sua história explicita a necessidade de se considerar a prostituição um caminho possível na trajetória laboral, embora ainda careça de direitos. Esse é um aspecto

importante para o desenvolvimento de políticas públicas para travestis e mulheres trans (Piscitelli, 2020). Todavia, a entrevistada reconhece haver diferença entre a atividade de se prostituir e a de agenciar pessoas para a prostituição. A “casa caiu” quando foi denunciada como cafetina, pois como afirma, “o recrutamento pra prostituição é crime”.

### **Considerações finais**

O poder de Soraya como cafetina se estruturou com base no que Bourdieu (2003) caracterizou como poder simbólico, que nem sempre se exerce de modo contumaz, mas sutilmente. Esse tipo de poder não se faz pela ameaça efetiva, mas pelo convencimento e pelo exercício da submissão ao estado das coisas. Ele age progressivamente, sistematicamente, e molda os desejos, sonhos, escolhas e ações dos atores envolvidos. Contudo, é um fenômeno duradouro e invisível, difícil de ser apreendido: apresenta-se como natural e imutável, sendo pouco percebido por seus dominados, e, dessa forma, facilita a aderência e a cumplicidade em relação aos valores dominantes, que aos poucos vão sendo incorporados pelos próprios dominados como legítimos.

Soraya relata ter mantido suas agenciadas na Itália, mas com relativa garantia de dignidade. Elas estavam sujeitas à opressão e à violência física no caso do não cumprimento do acordo firmado e do pagamento da dívida. O que ela fez, portanto, se caracteriza como tráfico de pessoas. O Protocolo de Palermo é claro quando estabelece que

a expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a remoção de órgãos (Brasil, 2004).

Há de se ressaltar que o consentimento da vítima nesses casos é irrelevante. Portanto, como dito pela própria Soraya, mesmo que as “meninas” fossem voluntárias em sua rede de agenciadas, na prática estavam sob sua tutela em regime servil, sob coação psicológica para o pagamento de dívida – o que a colocava em posição de controle absoluto sobre suas aliciadas.

A análise aqui exposta da trajetória de uma cafetina evidencia muitas questões, entre as quais se destacam o poder, a dominação e as (in)visibilidades da violência contra seus pares, outras travestis e mulheres trans. Ela abre caminhos para o entendimento de

## Artigo Article

como o tráfico de pessoas se estrutura na sociedade contemporânea, notadamente a partir das desigualdades, da carência de oportunidades de emprego e renda, do preconceito e da transfobia estrutural.

Em suma, trata-se de desigualdades de poderes baseadas em gênero e na estigmatização de atividades, incluindo as laborais, consideradas moralmente condenáveis, como a prostituição. Há de se ressaltar que a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) trata das variadas formas de violência e também contempla as mulheres trans. Isto posto, considerando-se os avanços na reflexão da criminologia crítica feminista e a teoria da interseccionalidade, várias reflexões promovidas por este ensaio ensejam possibilidades de defesas e contemporizações, com lastro nos direitos humanos, aplicáveis aos casos concretos de mulheres com históricos reificados de violências em suas vidas.

### Referências

AGNOLETTI, Michelle Barbosa. A diversidade na pauta de discussão das diásporas contemporâneas: migração, travestilidade e prostituição. In: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Relatório Enfrentamento ao tráfico de Pessoas**. Brasília: SNJ/Ministério da Justiça, 2010. p. 9-40.

AMARAL LUÍS, Francisco José Silva do. **Travestis brasileiras em Portugal: percursos, identidades e ambiguidades**. Lisboa: Chiado Books, 2018.

BARBOSA, Guilherme Dalbon; BORGES, Paulo César Corrêa. A vulnerabilidade socioeconômica como fator determinante para a exploração do ser humano no âmbito do tráfico de pessoas. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende *et al.* (Orgs.). **Escravidão contemporânea no campo e na cidade: perspectivas teóricas e empíricas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2002. p. 537-552.

BORGES, Paulo César Corrêa. Exploração sexual versus trabalho sexual escravo. Tráfico de pessoas: exploração sexual versus trabalho escravo. In: BORGES, Paulo César Corrêa (Org.). **Tráfico de pessoas para exploração sexual: prostituição e trabalho sexual escravo**. São Paulo: NETPDH; Cultura Acadêmica, 2013. p. 13-42.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 25 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004**. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm). Acesso em: 25 abr. 2025.

CRUZ, Noely Souza. **O enfrentamento ao tráfico de pessoas no Brasil**: políticas públicas adotadas após ratificação do Protocolo de Palermo. Monografia (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

DORNELAS, Sidnei Marco. Tráfico de pessoas para exploração sexual: um esboço de revisão bibliográfica. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, ano XXIV, n. 69, p. 87-110, 2011.

DUARTE, Jessica Barbosa. **Entre os estigmas e a desconstrução**: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais. Dissertação (Mestrado em XXXX) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

MATTOS, Patrícia. **A sociologia política do reconhecimento**: as contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder soberania estado de exceção política da morte. **Arte & Ensaios: Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 32, p. 123-151, 2016.

MEIRINHO, Augusto Grieco; VON ZUBEN, Catarina; NOGUEIRA, Christiane Vieira; SIMONETTI, Tatiana Leal Bivar (Orgs.). **Tráfico de pessoas**: uma visão plural do tema. Brasília, DF: Ministério Público do Trabalho; Conaete, 2021.

MELO, Vitor C. Camargo. Identidade subalterna: a produção da ilegalidade do trabalho migrante como estratégia. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende *et al.* (Orgs.). **Discussões contemporâneas sobre trabalho escravo**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016. p. 125-139.

MINAYO, Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.

MOTA, Murilo Peixoto. **Saindo do armário**: da experiência homossexual à construção da identidade gay. São Paulo: Fontenele Publicações, 2019.

MOTA, Murilo Peixoto. Exploração sexual e tráfico de pessoas: a perspectiva das travestis e mulheres trans. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende *et al.* (Orgs.). **Escravidão contemporânea no campo e na cidade**: perspectivas teóricas e empíricas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022a. p. 355-370.

## Artigo Article

MOTA, Murilo Peixoto. **Gênero, trabalho sexual e tráfico humano**: o contexto das travestis e mulheres trans. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Outras Expressões, 2022b. p. 171-178.

MOTA, Murilo Peixoto. Tráfico de pessoas e escravidão sexual: a trajetória de Dili. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende *et al.* (Orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo**: fenômeno global, perspectivas acadêmicas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2023. p. 355-370.

PATRÍCIO, Maria Cecília. **No truque**: transnacionalidade e distinção entre travestis brasileiras. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

PERISSINOTTO, Renato. História, sociologia e análise do poder. **Revista História Unisinos**, São Leopoldo, v. 11, n. 3, p. 313-320, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. **Cadernos PET Filosofia**, v. 18, n. 2, p. 59-103, 2020.

PISCITELLI, Adriana. **Trânsito**: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Exploração sexual, trabalho sexual: noções e limites. In: SILVA, Daniele Andrade da *et al.* (Orgs.). **Feminilidades**: corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 147-164.

PISCITELLI, Adriana; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. *Ciência e Cultura*. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, v. 67, n. 2, p. 35-39, 2015.

PISCITELLI, Adriana *et al.* **Tráfico internacional de pessoas e tráfico de migrantes entre deportados(as) e não admitidos(as) que regressam ao Brasil via o aeroporto internacional de São Paulo**. Brasília, DF: SNJ/Ministério da Justiça; Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2007.

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha; LOWENKRON, Laura. Categorias em movimento: a gestão de vítimas do tráfico de pessoas na Espanha e no Brasil. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 35-39, 2015.

PODESTÁ, Lucas Lima de. Ensaio sobre o conceito de transfobia. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 11, p. 363-380, 2019.

SMITH, Andreza do Socorro Pantoja. Tráfico de travestis e trans para a exploração sexual: o gênero como categoria de análise e as violações de direitos humanos. In: **Cadernos**: Coleção – SJC/Ministério da Justiça, ano 4, n. 8. Brasília: Senasp, 2014. p. 91-108.

UNODC. **Estudo sobre vítimas de tráfico de pessoas exploradas para transporte de drogas**. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime; Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022.

UZIEL, Anna Paula (Org.). **Feminilidades**: Corpos e sexualidades em debate. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p.147-164.

VASCONCELOS, Marcia; BOLZON, Andréia. Trabalho forçado, tráfico de pessoas e gênero: algumas reflexões. **Cadernos Pagu**, n. 31, p. 65-87, 2008.

(Endnotes)

1 **Notas**

Aprovada pelo Comitê de Ética – CFCH/UFRJ (CAAE nº 43101221.6.0000.5582).

2 Nome fictício

3 “A heteronormatividade só pode ter esse título porque antes é cis-heteronormatividade. Todo o sistema de relações de poder baseadas na heterossexualidade dos corpos pressupõe, antes, que esses corpos são cisgêneros. Assim, o corpo feminino sempre coincidirá com um corpo portador de uma biovagina e o corpo masculino sempre coincidirá com um corpo portador de um biopênis (Preciado, 2018, p. 134), e esses corpos diferentes sempre se atrairão mutuamente por ser essa a ordem naturalizada pela heteronormatividade” (Rosa, 2020, p. 68).

4 Documento que garante aos estrangeiros a permanência legal na Itália após 90 dias no país, enquanto aguardam a finalização do processo de cidadania.

5 A prostituição na Itália não é ilegal, mas a sua organização é. A lei proíbe a exploração da prostituição, mas não a prática em si. Em 2008, o governo italiano aprovou um projeto de lei que proibia a prostituição em locais públicos, como ruas e parques. O projeto previa penas de prisão e multas para clientes e profissionais do sexo (Regulations Regarding Restriction of Prostitution).